

Economia informal e experiências de crédito solidário popular na África lusófona

Joana Guedes

(Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL)

Rogério Roque Amaro

(Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL)

Notas biográficas

Joana Guedes é licenciada em Economia e mestre em Economia Social e Solidária pelo ISCTE-IUL, tendo a sua tese abordado o tema «O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat». É actualmente doutoranda em Estudos Africanos no ISCTE-IUL, com o tema de investigação «a sustentabilidade das ONG concessionárias de Microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas».

Rogério Roque Amaro é licenciado em Economia, pelo ISEG, doutorado em «Analyse et Planification du Développement», pela Université des Sciences Sociales II de Grenoble (França), com equivalência ao grau de Doutor em Economia, em Portugal. Actualmente, é Professor Associado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas, do ISCTE-IUL. Lecciona nas disciplinas de Economia e Políticas de Desenvolvimento e Economia Social e Solidária (ambas da Licenciatura de Economia) e nos Mestrados em Estudos de Desenvolvimento e em Economia Social e Solidária (foi fundador de ambos). Pertence à RIPESS – Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (ramo Europa) e à RIUESS – Rede Inter-Universitária de Economia Social e Solidária. Colabora e apoia vários projectos e iniciativas de Desenvolvimento Comunitário e de Economia Solidária, tendo sido consultor da ONU e da OIT para Portugal e para vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de estabelecer e dar a conhecer, de forma breve, a relação existente entre a Economia Social e Solidária e os Estudos Africanos. Resulta de um ensaio realizado no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos do ISCTE-IUL. A ponte que se pretende estabelecer entre estas duas áreas de conhecimento, toma como referência o tema da tese de doutoramento, «A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas». Neste sentido, e com recurso a situações precisas, procura-se estabelecer uma ligação entre o papel e as características da economia informal na África subsariana e as modalidades de crédito solidário informal que se desenvolvem nessa região, sem descurar e evidenciando a importância que estas lógicas de entreatajuda e cooperação têm para a economia destas sociedades.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to briefly point out the relationship between Social and Solidarity Economy and African Studies. It is based on an essay written for the Doctorate on African Studies at ISCTE-IUL. The attempt to bridge these two fields of study stems from the Phd thesis of the first author, which focuses on «The Sustainability of Microcredit lending NGOs – theoretical and practical implications and articulations». It seeks to explore the role and characteristics of informal economy in subsaharian Africa and the modalities of informal credit systems that exist in the region, underlining the importance that these forms of mutual aid and cooperation bring to the economy of these societies.

Introdução

O presente artigo, que resulta de um ensaio realizado no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos do ISCTE-IUL, surge com o propósito de estabelecer e dar a conhecer, com a brevidade que lhe é conferida, a relação existente entre a Economia Social e Solidária e os Estudos Africanos. A ponte, que se pretende estabelecer, entre estas duas áreas de conhecimento, toma como referência o tema da tese de doutoramento, «A sustentabilidade das ONGs concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas». Neste sentido, e com recurso a situações precisas, procura-se estabelecer uma ligação entre o papel e as características da economia informal na África subsariana e as modalidades de crédito solidário informal que se desenvolvem nessa região, sem descorar e evidenciando a importância que estas lógicas de entreaajuda e cooperação têm para a economia destas sociedades.

Com este objetivo, ambiciona-se dar a conhecer a economia informal e o respetivo sistema financeiro informal da África subsariana, com recurso a alguns autores de referência na área, e as experiências de crédito solidário, assentes numa lógica de entreaajuda e cooperação, que por lá brotam como «remédio» às falhas da economia convencional.

Assim, o alinhamento deste artigo centra-se, primeiramente, em algumas reflexões sobre a economia informal na África Subsariana, onde será abordada a definição de economia informal, alguns fundamentos e bases socioculturais, o papel da economia informal face à ineficiência do Estado e do mercado, o papel desta economia perante a intervenção do Fundo Monetário Internacional nestes países de África e a crise atual e a relação entre a economia informal e formal.

Num outro ponto, procura-se apresentar um breve enquadramento dos sistemas financeiros informais existentes nesses países.

Numa perspetiva mais prática, são finalmente apresentadas as experiências de crédito solidário popular na África lusófona, mais precisamente, a *kixikila* em Angola, o *xitique* em Moçambique, a *totocaixa* em Cabo Verde e a *abota* na Guiné-Bissau.

Culmina, por fim, com algumas notas conclusivas.

2. Algumas reflexões sobre a economia informal na África subsariana

2.1. Definição

A consciencialização da importância da economia informal nos países em desenvolvimento remonta, segundo Hugon (1997), aos anos 70 do século XX.

Por esta altura, apesar do desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho, o nível de desemprego não cresceu como o aumento do êxodo rural faria prever. Os estudos, sobretudo da OIT¹, revelaram que existia um setor informal «mal estruturado e pouco conhecido» (Hugon, 1997:33) que absorvia os desempregados, na sua maioria migrantes, e permitia a circulação dos fluxos reais e monetários nas cidades. As organizações internacionais e alguns economistas tomam, por esta altura, consciência da existência de atividades, vistas por eles como, «marginais e secundárias» (Hugon, 1997:32) que podiam, de alguma forma, promover a reabsorção do desemprego, a luta contra a pobreza e a satisfação das necessidades essenciais dos indivíduos.

A partir dos anos 80 do século XX, começa a ser encarada como a solução para a crise económica e financeira vigente, por outras palavras, «uma resposta espontânea às distorções criadas pelo Estado e um setor de microempresas realizando uma alocação otimizada dos recursos e capazes de mobilizar a poupança interna» (Hugon, 1997:35).

Para as organizações internacionais, a economia informal mudou o seu foco da questão do desemprego e da pobreza para a emergência das microempresas e a alternativa que estas podem constituir face ao fracasso do setor público e privado. Neste contexto de instabilidade, a economia informal passou a ser considerada, por alguns, como o modelo alternativo de desenvolvimento.

Atualmente, e segundo a resolução da 90^a Conferência Internacional do Trabalho de 2002 da OIT (2005), a economia

informal refere-se a todas as atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Mais concretamente, são atividades que não entram no âmbito de aplicação da legislação, ou seja, verificam-se um dos seguintes casos: os trabalhadores e as unidades operam à margem da lei; mesmo que operem no âmbito da lei, a legislação não lhes é aplicada, ou a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos. Excluí do seu domínio, todas as atividades ilícitas, delituosas e criminosas como tráfico de armas e droga ou contrabando.

Aplicando o conceito aos países da África subsariana, Silva (2010) identifica algumas características comuns das formas e práticas da economia informal nestes países:

- É constituída por um mercado legal, mas com práticas económicas consideradas ilegais ou semilegais;
- Os trabalhadores não têm vínculo legal;
- É uma forma de sobrevivência social;
- É composta por pequenas empresas ou atividades domésticas;
- É praticada, na sua maioria, por mulheres;
- Os rendimentos não são contabilizados.

Contudo, este é um conceito para o qual não existe uma definição nem um consenso universal. Para além de ser relativamente recente e, por isso, recorrente no seio do debate académico, o uso diferenciado de termos como «setor informal», «trabalho informal» e «economia informal» dificulta o alcance de uma definição consensual, bem como de uma unanimidade em relação à existência de uma teoria capaz de oferecer uma explicação global para estes fenômenos (Krein e Proni, 2010:10). Por exemplo, para Hugon (1997), o termo informal não é o mais apropriado, já que designa algo negativo e sem estrutura ou forma, o que não se verifica nas atividades características desta

economia, que são socialmente organizadas e estruturadas, ainda que fora da codificação e das regras oficiais e esperadas. Para a OIT (2005), embora «economia informal» seja uma expressão preferível a «setor informal», uma vez que os seus intervenientes provêm de diferentes setores, acaba por ser redutora na definição das zonas cinzentas e nas ligações que existem entre atividades formais e informais.

Aliando a falta de consenso à ambiguidade do termo, a economia informal é, muitas vezes, confundida com outros domínios da economia que em nada se relacionam, como a economia subterrânea, que integra atividades ilícitas desenvolvidas por agentes económicos registados e legalmente autorizados ou a economia ilegal que inclui as atividades que a lei criminaliza, postas em ação por agentes económicos também ilegais (Feliciano et al, 2007). Neste ensaio, à luz da definição apresentada pela OIT (2005), a economia informal é compreendida como o conjunto de atividades económicas que não são proibidas pela lei, mas que são postas em prática por agentes económicos que se encontram em situação de não conformidade com os diversos tipos de regulamentação que as enquadram (Feliciano et al, 2007). Ou seja, a informalidade não diz respeito às atividades desenvolvidas na economia informal, até porque estas são de carácter lícito, diz antes respeito aos agentes económicos que, por alguma razão, não preenchem todos os requisitos legais exigidos para desenvolver as atividades que praticam.

2.2. Fundamentos e bases socioculturais

Para além dos aspetos históricos descritos, as próprias características da economia africana intensificam e dinamizam a economia informal nestas sociedades.

A família, nos países da África subsariana, tem uma importância extrema, baseando-se numa lógica mais simbólica do que económica. Segundo Silva (2010) a inserção dos indivíduos em qualquer organização ou centro de decisões é

feita através dos círculos a que pertencem, pelo que a lógica do ganho económico acaba por se submeter a uma lógica de comportamentos e decisões sociais. Pode-se, assim, dizer que a família é o núcleo central das sociedades africanas, já que fornece a mão-de-obra e assegura a produção de subsistência. No contexto da economia informal, as mulheres têm um papel de destaque, cabendo-lhes todas as tarefas associadas à produção, alimentação e subsistência.

O fraco tecido empresarial destes países, desestruturado, com tecnologia pouco desenvolvida e sem condições de absorção dos recursos humanos disponíveis, promove a proliferação de empresas informais como resposta às constantes situações de crise e instabilidade socioeconómica, a que as empresas da economia formal não conseguem fazer face, bem como à satisfação das necessidades da sociedade. Da mesma forma, os Estados destes países não têm capacidade para assumir as suas funções, no que respeita à eficiência da segurança social e de um funcionalismo público competente e digno, deixando para a economia informal estas funções (*ibidem*).

2.3. Papel da economia informal face à ineficiência do Estado e do mercado

A economia informal absorve os trabalhadores que, de outra forma, não teriam trabalho nem rendimentos, especialmente, nos países em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é numerosa e de rápida expansão. A sua maioria não a integra por opção, mas por necessidade absoluta, como em situações de desemprego, de subemprego e de pobreza. Segundo a OIT (2005), a principal razão por de trás da emergência de experiências de economia informal é a governação. Políticas macroeconómicas e sociais inadequadas ou mal implementadas, que não sejam suficientemente centradas no emprego e, que por isso, não promovam empregos suficientes na economia formal, abrem portas para que os desempregados façam face à sua situação através de atividades informais. Da mesma forma, a

pobreza condiciona o acesso ao trabalho digno e protegido, na medida em que rendimentos baixos ou inexistentes, aliados à ausência de políticas públicas, dificultam o investimento na educação que permitiria melhorar a empregabilidade e a produtividade em atividades de economia formal. A escassez de atividades remuneradas em meios rurais obriga os indivíduos a deslocarem-se em busca de emprego, tendo muitas vezes como única solução trabalhos informais. Discriminações baseadas em questões de sexo, idade, origem étnica ou incapacidades empurram estes grupos mais vulneráveis para a miséria, forçando-os a encontrar soluções em atividades informais para sobreviverem.

O acesso relativamente fácil, sobretudo para quem não tem muitas qualificações, meios técnicos ou financeiros, torna a economia informal uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, que permite satisfazer as necessidades dos mais pobres, oferecendo bens e serviços a preços baixos. Como muitos dos seus trabalhadores têm um sentido apurado do negócio, espírito criativo, dinamismo e capacidade de inovação, há a proliferação e a aquisição de qualificações no local de trabalho, o que, aliado à implementação de estratégias eficazes, pode tornar-se numa rampa de lançamento para um acesso gradual à economia formal.

Porém, estes trabalhadores, assalariados ou por conta própria, estão expostos a inúmeros riscos, necessitando de uma particular proteção social que, na verdade, é muito limitada ou praticamente inexistente. Além da cobertura social no sentido tradicional, estes trabalhadores estão privados de qualquer proteção na educação, na aquisição de competências, na formação, nos cuidados de saúde e nos apoios familiares, que, dada a sua vulnerabilidade, são particularmente importantes.

Contudo, a economia informal é o escape que garante a sobrevivência dos que, por uma ou outra razão, não conseguem integrar a economia formal, já que as suas atividades informais ou não oficiais permitem satisfazer as necessidades

fundamentais (alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, lazer) que os sistemas formais não cobrem.

Nos países em desenvolvimento, como a maioria dos países da África subsariana, onde as economias são voláteis e os Estados frágeis e instáveis e, conseqüentemente, o poder governativo falha no controlo da situação económica, social e política, a economia informal tem uma grande importância e visibilidade. Para Amaral (2005), está provado que, nas áreas em desenvolvimento, como os Estados apresentam inúmeras dificuldades e o setor formal não consegue satisfazer as necessidades básicas da população (sobretudo a mais pobre), o informal surge como resposta, especialmente, na geração de emprego, capaz de criar oportunidades salariais e assegurar a sobrevivência de um elevado número da população ativa e seus dependentes. A economia informal «constitui, deste modo, um fenómeno estruturante e é inegável a sua importância estratégica» (Amaral, 2005:58) para economia africana a sul do Saara. Apesar de as análises socioeconómicas relativas ao emprego subestimarem o impacto da economia informal, por os seus trabalhadores não preencherem os critérios standards de empregados, o seu peso na economia urbana global destes países é consideravelmente superior à economia formal, assumindo um peso significativo nos indicadores económicos (*ibidem*).

2.4. Passado e presente: Fundo Monetário Internacional e crise atual

É após a descolonização dos países da África subsariana que a economia informal é vista como ganhando maior expressão e relevo em África (Silva, 2010). Nesta altura, estes países apostaram em modelos de desenvolvimento e crescimento económico que assentavam na substituição das importações pelas exportações e na intervenção do Estado na economia, à luz dos países europeus, o que provocou um conjunto de problemas sociais, económicos e políticos para os quais não estavam

preparados para dar resposta. A nível agrícola, assistiu-se a «um estrangulamento do modelo agroexportador baseado nos produtos tropicais» (Hugon, 1999:107), a uma estagnação dos mercados exportadores, limitados em microestados e, ainda à não reprodução de determinados ecossistemas, graças à adoção de um modelo agro-pastoril extensivo, obrigatório para a sustentabilidade do novo modelo económico escolhido (*ibidem*). Simultaneamente, houve uma urbanização acelerada, a deslocação de um grande número de trabalhadores do campo para a cidade, e um crescimento demográfico exponencial, superior ao crescimento económico. Estes aspetos, aliados à fragilidade e fragmentação, características das instituições públicas dos países africanos a sul do Saara, facilitaram a expansão e proliferação da economia informal, como resposta a estes problemas sociais, económicos e políticos.

Posteriormente, nos anos 80 do século XX, a crise económica levou à intervenção do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial nestes países, com políticas de estabilização que visavam a diminuição de desequilíbrios internos e externos e políticas de ajustamento estrutural que, com reformas impostas ao mercado e às instituições, pretendiam criar condições para um crescimento sustentado (Hugon, 1999). Estas políticas, de cariz liberal, previam uma abertura da economia doméstica ao mercado mundial e o conseqüente levantamento das restrições alfandegárias, o que acabou por dizimar a agricultura já que, neste sentido, as culturas de exportação eram sobrevalorizadas face às alimentares.

Progressivamente, as políticas de ajustamento foram prolongando o seu horizonte temporal e os domínios de atuação, integrando as estruturas. Contudo, os seus resultados ficaram aquém do esperado. Segundo Hugon (1999), porque algumas políticas são ineficazes. Por um lado, tendem a ser desviadas dos seus objetivos, por outro, as autoridades têm dificuldade em aceitá-las e encaram os empréstimos das instituições internacionais como receitas alternativas. Assim, estes

países modificaram os pressupostos e o caminho esperado das políticas impostas, fazendo emergir novas práticas, de um modo geral, distantes das expectativas iniciais.

Prevedo uma progressiva integração das práticas informais no dito sistema formal, acabaram por redobrar os custos sociais já existentes nestes países, o que intensificou ainda mais a economia informal como alternativa à empregabilidade, à distribuição de rendimentos e consequente sobrevivência da maioria das populações, que os governos da África subsariana não conseguiam garantir (Silva, 2010). A intenção destas organizações internacionais acabarem com a economia informal como forma de solucionar parte dos problemas económicos, pelos quais estes países passavam, provocou o efeito adverso de surgirem ainda mais iniciativas informais como resposta de sobrevivência aos danos sociais que estes métodos acabaram por provocaram.

Em particular, Aryeetey (1995) revela que em muitos destes países da África subsariana o setor das finanças informais, como associações de poupança e crédito, cooperativas de crédito ou agiotas profissionais, que integram a economia informal, tem, atualmente, maior expressão do que o setor das finanças formais. Curiosamente, o seu crescimento intensificou-se e ultrapassou o das finanças formais após a descolonização, o que deita por terra a ideia de que a economia informal surge aquando de políticas repressivas e consolida a de que esta economia e as suas atividades emergem sempre que o sistema formal que vigora não dá respostas às necessidades de todos os indivíduos.

Dada a sua importância para os países africanos a sul do Saara, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial integraram, recentemente, o sector informal na sua estratégia de desenvolvimento.

2.5. Relação entre economia informal e formal

A dimensão que a economia informal ocupa na economia global destes países em desenvolvimento, acaba por dificultar, se não mesmo impossibilitar, uma qualquer separação absoluta e estanque entre o que é economia informal e o que é economia formal. Para Amaral (2005), a redução da análise a uma simples dicotomia informal-formal, cai no erro de ignorar as relações de interdependência e mobilidade entre os dois mundos escamoteando a existência de elementos intermediários. Com a mesma linha de pensamento, Feliciano (2007), assume a existência de uma permanente interpenetração entre informal-formal, de tal forma que gera uma multiplicidade de situações, determinantes da diversidade e da heterogeneidade que caracterizam a economia informal.

Existem inúmeros casos que corroboram esta ideia de interdependência e completude entre a economia informal e a economia formal. Por exemplo, um vendedor ambulante necessita de produtos para vender, regra geral, produzidos em fábricas e importados por grandes empresas pertencentes à economia formal. Da mesma maneira, os pequenos produtores, precisam de matéria-prima proveniente da economia formal para produzir e, posteriormente escoar a sua produção para o mercado. Outro exemplo são os empregados domésticos, na sua generalidade em situação de não conformidade com a legislação, que trabalham para funcionários do Estado ou de empresas da economia formal, ou ainda, ex-colaboradores de empresas que abrem um negócio por conta própria após terem adquirido o *know-how*, capital e fornecimento de matérias-primas junto das mesmas. Embora estas atividades surjam, como já mencionado, em jeito de resposta às falhas que a economia formal apresenta, estes exemplos confirmam que a dependência entre ambas é indissociável e talvez até desejável.

Para Feliciano (2007), esta constante interpenetração entre a economia informal e a formal, aliada ao peso que a primeira tem vindo a ganhar nas sociedades africanas a sul do Saara,

implica uma série de efeitos correlacionados. Veja-se que as tarefas do Estado de controlar e regular as atividades económicas no seu todo são cada vez mais ambíguas, já que dificilmente se identifica exclusividade formal ou informal. Desta forma, o Estado acaba por se fragilizar e perder a sua capacidade de desenvolver e aprofundar mecanismos sustentáveis de desenvolvimento socioeconómico, mais precisamente, a sua capacidade de proteção social pública. Por outro lado, a falta de exigências de saberes e competências característica das atividades da economia informal, não garante as condições mínimas de «trabalho digno» na quase totalidade dos casos, acaba por ser «uma economia que assegura a sobrevivência de pobres, sem contudo lhes dar capacidade e instrumentos para a sua saída da pobreza» (Feliciano *et al*, 2007:16).

Ainda assim, em contextos de pobreza, a economia informal garante a sobrevivência para muitos pobres. Com um número reduzido ou nulo de ofertas de empregos na economia formal, com poucas qualificações e competências para competir no mercado de trabalho, as atividades da economia informal são a solução para estes indivíduos conseguirem garantir a sua sobrevivência e dos seus dependentes e evitar a criminalidade e a exclusão.

Teoricamente a relação informal-formal pode ajudar a problematizar outras formas alternativas futuras de economia, de Estado e de organização social. Em jeito de conclusão, deve ser encarada como fator de desenvolvimento económico, já que à medida que, estes pequenos empresários vão conseguindo aumentar os seus negócios, a tendência é a de se aproximarem das práticas das atividades formais. Assim sendo, a ideia que alguns autores defendem, como Aryeetey (1995), é a dos governos promoverem uma abordagem mais proactiva e de maior proximidade junto destas atividades, criando regulação de acordo com as suas necessidades e incentivando a aproximação à economia formal. Não sendo, necessariamente, esta uma obrigação ou a solução para todas as situações de informalidade.

3. Sistemas financeiros informais – breve enquadramento

Um dos maiores problemas dos países em desenvolvimento é a distribuição dos recursos, pelo que os mais desfavorecidos procuram criar esquemas, instituições e intermediários financeiros fora do setor formal para obterem rendimentos e assegurarem a sua sobrevivência (Ducados, 1998). É, então, pouco lógico falar de economia informal e não falar do sistema financeiro que dela faz parte, o sistema financeiro informal.

Acompanhando o crescimento e a afirmação da economia informal, os instrumentos do sistema financeiro informal têm ganho lugar de destaque no domínio económico e financeiro atual, sendo conceitos recorrentes no discurso social, embora nem sempre da forma mais digna ou corretamente associados às práticas desenvolvidas.

Importa, assim, começar por definir financiamentos alternativos e distingui-los de financiamentos complementares.

Fala-se em financiamentos alternativos, sempre que estes obedeçam a lógicas diferentes do financiamento tradicional, isto é, sempre que não se enquadrem nos pressupostos da economia de mercado ou da economia pública. Como o nome pressupõe, são uma alternativa aos financiamentos conhecidos e aceites na esfera da economia formal. Não configurando nem a lógica de mercado nem pública, e sendo um conceito relativamente recente, pode tomar como referência os princípios e valores da Economia Social² (Guedes, 2012:45):

- Princípio do predomínio do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse individual;
- O objetivo principal não é o lucro (ou a ausência dele), mas sim objetivos de solidariedade e cooperação;
- Primado da pessoa sobre o capital;
- Gestão democrática – «Um homem, um voto»;
- Autonomia face ao Estado.

Assim sendo, só as instituições de Economia Social e Solidária estão capacitadas para promover o sistema financeiro alternativo por serem as únicas que os integram e compreendem, efetivamente, no exercício da sua atividade. Desta forma, só é possível falar em financiamentos alternativos, quando estes integram os princípios e valores da Economia Social e Solidária e são promovidos pelas suas instituições.

Paralelamente, existem programas públicos e algumas estratégias de bancos comerciais que praticam financiamentos que podem, à primeira vista, parecer alternativos, mas na verdade são apenas uma componente de outras formas de financiamento normal, de que estes já dispõem usualmente. Nestes casos, como os valores e princípios da Economia Social e Solidária não substituem os da função pública nem os comerciais para o exercício destes financiamentos, não é possível falar em financiamentos alternativos. São, por outro lado, financiamentos complementares, ou seja, financiamentos que completam, daí o nome complementar, o leque de oferta de serviços que estas iniciativas já dispunham, mas que atraem mais consumidores e não alteram o seu objetivo final, o lucro.

Neste sentido, os financiamentos alternativos são uma alternativa aos financiamentos que existem no sistema financeiro formal, por serem em tudo diferentes na sua essência, enquanto os financiamentos complementares são apenas mais um tipo de serviço que as iniciativas privadas e públicas acrescentam aos que já dispõem para abranger e atrair o maior número de clientes possível, já que o seu objetivo é sempre o lucro.

Contudo, nem todos os financiamentos pertencentes ao sistema financeiro informal podem ser considerados alternativos. Conforme já referido, existem determinados pressupostos a serem cumpridos para que o financiamento em questão se enquadre na categoria de alternativo, o que nem sempre acontece. Existem, algumas iniciativas na esfera da economia informal (agiotas, bancos populares, sociedades de financiamento), cujo objetivo de atuação está consideravelmente mais próximo da

iniciativa pública e privada do que dos princípios e valores da Economia Social e Solidária. Uma vez que, nestas iniciativas, o objetivo do lucro se sobrepõe ao interesse comum e ao interesse geral, trata-se de financiamentos complementares, apesar de fazerem parte do sistema financeiro informal.

Assim, dentro do sistema financeiro informal podem existir financiamentos alternativos mas também complementares, dependendo dos princípios e valores pelos quais as iniciativas são regidas.

Tal como as atividades da economia informal surgem como resposta às falhas de integração da economia formal, também o sistema financeiro informal procura ultrapassar as lacunas na oferta do sistema financeiro formal. Normalmente as pessoas que recorrem a este tipo de financiamento estão limitadas ou não têm acesso às instituições financeiras formais. Este sistema, como apresenta exigências de seleção consideravelmente reduzidas e custos de transação baixos, permite aos excluídos dos sistemas oficiais o financiamento que dificilmente obteriam por outra via.

Nos países africanos a sul do Saara, existem várias formas de financiamentos informais com características distintas de país para país.

4. Experiências de crédito solidário popular na África lusófona

As associações rotativas de poupança e crédito, ROSCAs³, integram os sistemas de ajuda mútua que, por tradição, têm uma presença bastante significativa nos países africanos. Como o nome antecipa, são associações de poupança e crédito mútuo, de estrutura simples e informal, que assenta num grupo de indivíduos de número variável, podendo oscilar entre os 2 e os 100 elementos, segundo Low (1995). Os constituintes destas associações acordam informalmente, entre si, contribuir periodicamente com um determinado montante para um fundo comum, que será utilizado rotativamente, ou segundo regras mais elaboradas, por cada um deles. Regra geral, esta utilização pressupõe «uma taxa de juro nula ou bastante baixa, envolvendo um montante pecuniário pequeno e de curto-prazo» (Ducados, 1998:5).

O seu caráter simples, flexível e acessível facilita, por um lado, o começo e o término a qualquer momento, já que as ROSCAs dependem única e exclusivamente dos indivíduos que as constituem. Por outro lado, como têm o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus utilizadores e assentam na base da confiança mútua, a ordem da rotação pode ser alterada sempre que se revele fundamental.

Segundo Costa (2011), as pessoas tendem a associar-se com conhecidos de origem familiar, vizinhos ou colegas de trabalho, formando grupos homogêneos. Porém, estes grupos não são uma realidade exclusiva de contextos sociais mais desfavorecidos. Low (1995) defende que indivíduos de todas as classes sociais participam neles, não sendo uma realidade exclusiva dos mais pobres. Existe, assim, uma homogeneidade dentro dos grupos, mas heterogeneidade fora deles.

Para além das vantagens mais imediatas como o acesso mais fácil, mais rápido e com custos mais baixos que este tipo de financiamentos informais tem quando comparado com os conseguidos no setor formal, os indivíduos tendem a

associar-se nestes grupos porque a capacidade de poupança é significativamente superior à capacidade de poupança individual. «Os indivíduos que recebem o montante, antes do último, ficam numa posição melhor do que se poupassem sozinhos, uma vez que é mais rápido, e o último não perde nada» (Costa, 2011:20).

Por outro lado, como o crédito gerado pelas ROSCAs depende das poupanças dos seus membros, as quantias mobilizadas serão sempre reduzidas, impedindo investimentos maiores. Assentando o seu funcionamento na base da confiança mútua, alterações de valores socioculturais, sobretudo em ambientes de instabilidade social, podem pôr em causa a sobrevivência destas experiências de poupança e crédito informais. Da mesma forma, a variabilidade inerente à dimensão dos grupos aumenta consideravelmente o risco de incumprimento, conforme aumenta o número de membros.

4.1. Angola

Em Angola as ROSCAs são conhecidas pelo nome de *kixikila* e praticadas, essencialmente, por mulheres.

Segundo Ducados (1998) o funcionamento destas associações integradas no âmbito da economia informal é extremamente simples. A «mãe da *kixikila*» (Costa, 2011:23), uma mulher mais velha e com reconhecida capacidade de liderança, junta entre 5 a 10 mulheres que conhece e que têm algumas características comuns, como serem do mesmo bairro ou desempenharem a mesma atividade económica. Esta seleção tem por base a confiança mútua, pelo que todas estas mulheres têm que auferir um rendimento certo para poderem integrar o grupo. Constituída a *kixikila*, cada um dos seus elementos começa a contribuir monetariamente e de forma regular com um montante fixo que é recolhido pela líder e posteriormente distribuído por uma ordem pré-determinada e de acordo com a frequência das contribuições do grupo. A «mãe da *kixikila*», como líder destas iniciativas, tem a obrigação de as gerir e manter, pelo que, em

situações de incumprimento, pode participar com o seu próprio dinheiro, garantindo a continuidade do seu funcionamento, até porque a sua condição económica se destaca das demais. Quando este ciclo termina, pode ou não começar de novo.

A desfavorável situação económica de Angola obrigou, sobretudo, as mulheres a criarem e desenvolverem estratégias de luta pela sua própria sobrevivência e das suas famílias. Esta necessidade de encontrar soluções para contrariar a débil condição em que se encontravam resultou, em muitos casos, numa melhoria da situação financeira e, conseqüentemente, social destas mulheres, o que, para Ducados (1998), esteve na origem da formação destes grupos de apoio informal.

«A *kixikila* desempenhou e continua a desempenhar um assinalável papel para um conjunto de pessoas pobres que dali tiram o seu sustento» (Ducados, 1998:8). O retorno obtido com a *kixikila* permite que as mulheres reforcem as suas estratégias de sobrevivência, pois, sendo um complemento do orçamento, permite fazer face às despesas domésticas e de saúde, investir na educação dos filhos, incrementar os seus negócios e até estarem protegidas, em caso de roubo, por parte dos maridos.

Como só podem fazer parte da *kixikila* indivíduos com um rendimento certo, a única forma de crédito para os outros é a família ou amigos. Percebendo esta lacuna entre a oferta e a procura de financiamentos alternativos, na década de noventa, uma ONG Canadiana, a «Development Workshop», criou um modelo de crédito solidário, em grupo, com base na metodologia da *kixikila* e, por isso, apelidado de Kixicrédito. Este serviço de crédito, assente no princípio da solidariedade – quando um membro falha, todos pagam por isso –, e com a intenção de criar um serviço de microfinanças simples, fácil e rápido para os excluídos da *kixikila*, prosperou e manteve-se na sociedade angolana.

4.2. Moçambique

Em Moçambique, a utilização de recursos que pressupõem um reembolso, quer seja ele em espécie ou em dinheiro, é uma prática generalizada no mundo rural, como forma de equilibrar as economias familiares e fazer face à escassez, cíclica, de recursos.

Estas práticas vão desde as utilizadas tradicionalmente pelos camponeses – muitas delas sob a expressão de entreajuda em mão-de-obra ou em espécie –, aos projetos de desenvolvimento e das ONGs, e mais recentemente, até ao setor bancário formal.

Até à independência, em 1975, as experiências de crédito informal em Moçambique caracterizavam-se pela existência única de créditos tradicionais, assentes na entreajuda dentro da comunidade, ou seja, solidariedade entre indivíduos ou entre famílias (ACEP, 2000).

Dentro dos seus sistemas de agricultura de subsistência, onde a mão-de-obra e os alimentos escasseavam, os camponeses foram desenvolvendo formas de cooperação e entreajuda, assentes em práticas de financiamento mútuo orientadas para a produção agrícola e criação de animais, para ultrapassarem as dificuldades e reforçar a sua capacidade produtiva, aumentar o acesso aos alimentos e capitalizar ativos (*ibidem*).

Estas práticas, dependendo das regiões e etnias, foram ganhando designações diferentes, não descurando os seus objetivos e características. As que dominam as opções dos camponeses estão relacionadas com o recurso a mão-de-obra para certas operações culturais agrícolas, muito exigentes em trabalho, e que têm de ser executadas em curtos períodos do ano. Esta mão-de-obra pode ser remunerada em alimentos e neste caso fala-se em *kurthimela* ou *thothotho*, dependendo da região, ou pode não ser, designando-se *ntimo* ou *tsima*.

Outra experiência é o crédito em espécie, associado à criação animal, que acontece quando uma família ou um camponês entrega a outra os seus animais domésticos para criação, recebendo este último parte dos animais procriados durante esse período, como recompensa.

O crédito monetário, ou a expressão moçambicana das ROSCAs, é o *xitique*. Á semelhança da *kixikila*, um número variável de amigos, familiares ou colegas de trabalho juntam-se num grupo e definem entre si o montante, com o qual vão contribuir para o fundo comum, e a periodicidade com que os encontros de prestação de contas irão ocorrer.

Ao contrário do que acontece em Angola, não há evidência de existir um líder do grupo, pelo que estes encontros servem para que cada elemento do grupo faça o seu contributo e seja feita a distribuição rotativa pela ordem previamente definida. Assim, o sucesso do *xitique* depende da confiança entre os elementos que o constituem e do compromisso que assumem, caso contrário, facilmente, o seu funcionamento é posto em causa e o *xitique* acaba.

Sempre que se revele necessário, principalmente em situações especiais como doença, morte, casamento, a ordem da repartição da poupança conseguida pode ser alterada, já que o objetivo desta associação é o de satisfazer da melhor forma possível as necessidades dos seus elementos.

Tal como na *kixikila*, também estas associações são constituídas, sobretudo, por mulheres, embora se encontrem, esporadicamente, elementos masculinos, «mas estes quase nunca estão presentes nos encontros. É um espaço de convívio claramente feminino» (Trindade, 2001:6). Para além da já referida função de recolha e distribuição destes encontros, Trindade (2001) destaca também a confraternização. Em alguns casos os membros vivem distantes uns dos outros e não têm disponibilidade para se encontrarem regularmente, sendo os encontros uma obrigação para que tal aconteça. Para além disso, são vistos como um momento onde as mulheres se sentem à vontade para falar, aconselhar, beber, comer, fugir da rotina do seu dia-a-dia, sem a presença dos homens ou de outras pessoas que, de alguma forma, as intimidem.

A guerra civil acabou por destruir a agricultura e, consequentemente, pôr em causa os fundamentos destas formas de

crédito, reduzindo-as à sua expressão mais elementar. Todavia, com o processo de liberalização económica em 1986 e com o fim da guerra, assistiu-se à retoma destas práticas, ao mesmo tempo que surgiram novos mecanismos de crédito introduzidos pelas ONGs e pelos projetos de desenvolvimento. Estes têm tido um especial foco na concessão de microcréditos, nas zonas periurbanas das grandes cidades do interior, para as atividades comerciais suprimindo o investimento feito na agricultura das zonas rurais pelas experiências de crédito informal anteriores.

As características dos clientes destes microcréditos, que podem ser monetários ou em espécie, divergem de província para província, mas de uma forma geral pode-se afirmar que os principais beneficiários são mulheres, pequenas vendedoras dos mercados urbanos, que comercializam diferentes mercadorias. A razão para tal domínio recai no papel que desempenham nas atividades económicas, e pela responsabilidade associada ao cumprimento das obrigações contratuais.

Atualmente, estes créditos têm sido orientados para atividades não agrícolas, geradoras de rendimentos complementares, comércio e atividades de produção artesanal e transformação. Há preferência por empréstimos para atividades que gerem rapidamente receitas e que requeiram montantes mais baixos, garantindo uma circulação de capital mais rápida que as outras atividades, o que acaba por penalizar os camponeses.

A maior parte das operações de microcrédito são desenvolvidas pelas ONGs no quadro dos seus projetos de intervenção comunitária. E, embora também concedam empréstimos individualmente, preferem que estes sejam em grupo, pelo maior envolvimento na gestão e atribuição de fundos e pela pressão exercida entre os pares para o cumprimento das obrigações contratuais (ACEP, 2000).

4.3. Cabo Verde

Cabo Verde é, por excelência, um país onde a solidariedade e a ajuda mútua sempre existiram para resolverem os problemas do dia-a-dia dos seus habitantes, relacionados com trabalhos agrícolas, casamentos, batizados ou mortes. Estes mecanismos informais de solidariedade, nem sempre monetários, tiveram um papel fulcral na sobrevivência económica, social e cultural das comunidades deste país (Guedes, 2012:75). São exemplo: as práticas de *djunta mon*, ajuda mútua durante a época dos trabalhos agrícolas; a *abota* que consistia em marcar presença e ajudar em casamentos, batizados, festas tradicionais e morte; a festa popular da *tabanca* organizada pelos pobres e pela igreja através da ação católica desde a época colonial; e, com caráter mais formal, as associações funerárias *botu* e *mitim* e, dentro da lógica das ROSCAs, as associações de poupança e crédito rurais, as *totocaixa* (*ibidem*).

A perceção de uma dimensão mais informal das práticas da *djunta mon*, da *abota* e da *tabanca*, quando comparadas com as associações funerárias e a *totocaixa*, assenta no facto das primeiras, à exceção da *tabanca*, não terem um carácter monetário. Senão veja-se, a *djunta mon* é um trabalho cooperativo de cultivo dos terrenos de sequeiro que dependem do curto período das chuvas. É, por outras palavras, um sistema de contraprestação de serviços, na medida em que, um trabalhador convida outro para o ajudar a trabalhar para si nas suas terras e, em troca, retribui trabalhando também nas terras deste (Évora, 2009:4). A *abota* baseia-se num sistema de quotização ocasional de produtos para um fundo usado em épocas de festejos como casamentos, batizados, mortes e festas tradicionais. É um sistema de criação de fundos futuros em géneros, por meio de mecanismos de financiamento ou de micropoupança em géneros (Gama, 2004:104). A *tabanca* pode ser vista como um conjunto de micropoupanças coletivas, obtido junto dos mais pobres, e que é usado numa festa tradicional religiosa coletiva. Os seus filiados, têm que cumprir as regras do santo da respetiva *tabanca* e o pagamento das quotas permite a participação nas

festas do padroeiro, dá direito à missa de sufrágio e ao socorro dos outros membros em caso de necessidade.

Já as associações funerárias *botu* e *mitim* permitiam aos pobres, através do pagamento de quotas durante a vida, criarem um fundo monetário, que lhes asseguraria um enterro digno, de acordo com os requisitos culturais. O propósito destas associações era a solidariedade para com os seus membros em caso de morte, já que a partir desse momento, financiavam as despesas de funerais e auxiliavam, sobretudo em géneros, cerimónias como casamentos, batizados e festas tradicionais. Seguindo uma lógica de micropoupança, promoviam o hábito de poupança e de solidariedade dos seus membros.

Com base na metodologia seguida pelas ROSCAs, a *totocaixa* é constituída por um grupo de indivíduos que se reúne livremente, geralmente, oriundos do local de trabalho e que combina entre si a periodicidade e o montante monetário com que cada um contribui para o fundo comum. Numa determinada data, estabelecida por sorteio, qualquer um dos membros pode receber a quantia equivalente ao valor até então poupado (Pina, 2007:15). Sendo esta iniciativa uma micropoupança do tipo do microcrédito, alguns entendidos no assunto, como o presidente do CITI-Habitat Elísio Rodrigues, defendem que este é o primórdio do microcrédito em Cabo Verde (Guedes, 2012:78).

4.4. Guiné-Bissau

Segundo o estudo elaborado pela ACEP no ano 2000 sobre o associativismo e o microcrédito como instrumentos de luta contra a pobreza e promoção do bem-estar rural, o peso do microfinanciamento, quer seja ele tradicional ou mais moderno, enquanto estratégia de sobrevivência da população rural da Guiné-Bissau, é indiscutível. Veja-se pela existência de um sistema de microcrédito na época colonial ministrado pelos comerciantes e com o aval da administração colonial. Este sistema, considerado moderno e formal à época, funcionou em paralelo com o sistema tradicional, que se caracterizava por ter como valores-base a solidariedade e a entreatada. A prática

deste tipo de crédito da época colonial acabou por ser substituída por um sistema mais moderno impulsionado por diferentes instituições de apoio, embora o tradicional permaneça, ainda hoje, «sólido, consistente, adaptado à evolução das comunidades rurais e a desempenhar um papel de relevo na vida económica e sociocultural no meio rural» (ACEP, 2000:106).

O microfinanciamento tradicional e rural da Guiné-Bissau esteve sempre associado ao conceito de poupança. Regra geral, esta é feita em produtos, dependendo de etnia para etnia mas, e com cada vez mais expressão, também em dinheiro, proveniente da comercialização de produtos e de migrações temporárias. Do ponto de vista da pertença, pode ser: familiar, quando todo o produto se destina ao consumo corrente da família; coletiva, quando surge no seio de grupos normalmente de jovens, mobilizados para a realização de atividades económicas que exigem muita mão-de-obra; e individual, quando são pessoas em nome individual a realizá-las.

A gestão e a aplicação destas poupanças estão dependentes das motivações das etnias mas, unânime e tradicionalmente, o principal destino era a realização de grandes festas que marcavam a identidade coletiva, ainda que antes desta realização, parte fosse destinada a empréstimos ou a socorrer membros do grupo. Atualmente, para além das atividades socioculturais (festas, atividades desportivas, apoio à saúde, cerimónias fúnebres e solidariedade em situações de calamidade), as poupanças começam a ser canalizadas, de forma mais expressiva, para atividades económicas ou geradoras de emprego, como os créditos para diversas atividades, a realização de campos agrícolas e para a emigração.

Conclui-se que a poupança é, assim, o sistema-base do microfinanciamento tradicional, quer sob a forma de microcrédito, quer sob a forma de «financiamento sociopolítico e cultural» (ACEP, 2000:107). Ao mesmo tempo, o seu papel no esforço da coesão e preservação da comunidade, determinado pelo desconhecimento, e conseqüente desconfiança, do sistema económico formal, considerado inadapitado à lógica tradicional, é enaltecido.

No sistema tradicional de poupança e microfinanciamento, existe a prática de quotização rotativa, que pode ser, como já mencionado, em dinheiro, mão-de-obra ou produtos, dependendo das circunstâncias. Seguindo a lógica das ROSCAs, é feita por grupos e com o propósito de financiar uma atividade concreta, seja ela de índole religiosa, cultural, recreativa e até económica, sempre numa perspetiva de entreatajuda.

O nome dado na Guiné-Bissau a estas experiências de microcréditos rotativos é abota e assenta na criação de um grupo, em que cada membro contribui periodicamente para um fundo comum, que é, posteriormente e de forma rotativa, utilizado por cada um dos seus membros. O destino que é dado ao fundo assume diversas formas, indo desde obrigações sociais, como cerimónias fúnebres, a financiamento de atividades económicas, melhoria de habitação e pagamento de despesas escolares ou de saúde. A abota pode realizar-se, também, pontualmente para dar resposta a situações de urgência no seio de uma família.

Segundo a ACEP⁴ (2000), a prática tradicional de microcrédito pressupõe um conjunto de componentes: o empréstimo; concessão algo, na base de um contrato que estabelece a relação de devedor e credor; estabelecimento de dívida; entrega de algo na esperança de receber em contrapartida; e ajuda o outro, impedindo que recorra a estranhos à comunidade, mas com sentido de reembolso. Desta forma, a ideia de obrigatoriedade associada à concessão de crédito existe e é assumida em todas as comunidades da Guiné-Bissau.

Atualmente, este sistema de microfinanciamento caracteriza-se, por um lado, pela existência de uma lógica tradicional com raízes profundas na vida sociocultural das comunidades e, por outro, pela existência de uma lógica moderno, que visa ser capaz de dar resposta às necessidades de desenvolvimento local. A grande diferença entre estes dois subsistemas do sistema atual de microfinanciamento é que o primeiro é apropriado e gerido de forma independente pela própria comunidade e, o segundo é concebido e gerido pelas instituições de apoio, sobretudo ONGs.

Notas conclusivas

A economia informal desempenha um papel fundamental em África, em geral. Estes países caracterizam-se, por vezes, por governações frágeis e instáveis, com pouca capacidade para desempenharem as suas funções básicas, tanto no domínio económico como social ou cultural. São também muitas vezes economias voláteis, onde a iniciativa privada fica muito aquém do desejável, no que toca à absorção dos recursos humanos locais e à produção dos bens e serviços essenciais às populações.

Para além desta debilidade governamental e do incipiente tecido empresarial privado, os próprios valores socioculturais destes países, de base familiar, assentes na lógica de entreajuda e cooperação, fomentam a proliferação da economia informal, como resposta à satisfação das necessidades dos indivíduos que o Estado e que o mercado não cobrem. Pode-se afirmar, então, que a economia informal é um meio de sobrevivência para aqueles que, por uma ou outra razão, não conseguem integrar a economia formal e, que por isso, não têm outra forma de satisfazer as suas necessidades fundamentais se não recorrerem a esse tipo de atividades que, além do mais, como já se referiu, assentam em bases socioculturais profundas.

Se, por um lado, a economia informal sustenta a economia destes países, por outro, são os sistemas financeiros informais que alimentam e mantêm viva a economia informal, já que constituem uma fonte de empregos, na medida em que facilitam e promovem os pequenos empresários, e de recursos de sobrevivência.

Existe uma grande diversidade de sistemas financeiros informais, monetários, em espécie, coletivos, individuais, mutualistas, lucrativos, mas todos eles têm aspetos comuns que os tornam, a todos eles, parte integrante destas lógicas não convencionais. Porém, nem todos os sistemas financeiros informais são financiamentos alternativos. Para tal, é necessário que se preencham alguns requisitos, nomeadamente, que integrem os princípios e valores da Economia Social e Solidária, anteriormente enunciados, e que sejam promovidos pelas respetivas instituições.

Os sistemas financeiros informais aqui apresentados, sob a forma de poupança e crédito popular informal, assentes na lógica

das ROSCAs – a *kixikila* em Angola, o *xitique* em Moçambique, a *totocaixa* em Cabo Verde e a *abota* na Guiné-Bissau –, são exemplo de financiamentos alternativos, sempre que os princípios e valores da Economia Social e Solidária sejam respeitados. Alguns destes sistemas de poupança e crédito rotativo são impulsionados por grupos populares informais de entreajuda e não pelas instituições formais, como as ONGs, ainda assim, é possível falar em financiamentos alternativos, pois grande parte destes grupos, ainda que sem conhecimento, afastando-se da esfera pública e da iniciativa privada, dada a insegurança que lhes transmitem, acabam por pôr em prática os princípios e valores da Economia Social e Solidária nos seus fundos.

À medida que foram sendo apresentados os sistemas de poupança e créditos rotativos nos diferentes países da África lusófona, tornou-se evidente o forte papel desempenhado pelas mulheres na sua promoção e proliferação, não só desde a sua génese mas, em alguns casos, até aos dias de hoje.

Atualmente, ao contrário do que se assistia há alguns anos atrás, o número de homens a participar nestas lógicas de entreajuda é bastante considerável. Contudo, na maioria dos casos, foram as mulheres que desenvolveram estes esquemas e «instituições» na tentativa de encontrarem forma de contornar as dificuldades com que se deparavam, num país onde os recursos não chegavam aos mais pobres, e garantirem a sua sobrevivência e das suas famílias. Este impulso deve-se ao seu papel na família. Por oposição àquilo que a ideologia tradicional ocidental quer fazer crer, nestes países africanos, as mulheres são os pilares fundamentais no seio das famílias. Cabe-lhes assegurar a produção ou os recursos de subsistência e todas as tarefas domésticas produtivas e reprodutivas, desde a alimentação de toda a família ao funcionamento básico de toda a casa.

Com a modernização e até ocidentalização de alguns países e cidades africanas, esta responsabilização começa a ser partilhada também com o homem e este participa cada vez mais ativamente nestes sistemas financeiros informais, porém a mulher continua a ser a figura central nas famílias africanas.

Bibliografia

ACEP (2000),
O associativismo e o micro-crédito na luta contra a pobreza pela promoção do bem-estar rural: estudos de casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Amaral, Ilídio do (2005),
«A importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana», *Finisterra*, XL, 79, pp. 53-72.

Aryeety, Ernest (1995),
«The informal financial sector», em Matthew Martin e Gilian Ngola (orgs.), *Economic Research and Policy Making in Sub-Saharan Africa*, Nairobi, African Economic Research Consortium–AERC.

Costa, Paulo César da (2011),
Kixikila e o desenvolvimento local em Angola, Tese de Mestrado na Área de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE-IUL.

Dava, Gabriel, et al (1996-97),
«Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social: Estudo de Caso das Províncias de Gaza e Nam-pula e a Cidade de Maputo», *Pobreza e bem-estar em Moçambique*, capítulo 6, pp. 316-370.

Ducados, Henda Lucia e Manuel Ennes Ferreira (1998),
O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económica das mulheres em Angola: a Kixikila no município de Sambizanga (Luanda), Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.

Évora, Iolanda (2009),
Djunta-mon em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspectos da experiência associativa cabo-verdiana, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.

Feliciano, José Fialho et al (2007) (orgs.),
Protecção social na Economia Informal nos PALOP: análise qualitativa e implicações para a redução da exclusão social e da pobreza, Lisboa, Centro de Estudos Africanos.

Gama, Cláudia Raquel dos Santos (2004),
Microcrédito: Um instrumento de luta contra a pobreza na cidade da Praia, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

Guedes, Joana (2012),
O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat, Tese de Mestrado na Área de Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.

Hugon, Philippe (1997),
«O sector informal: balanço de 25 anos de trabalho», *Ensaio FEE*, vol. 18, n.º 2, pp. 32-63.

Hugon, Philippe (1999),
A economia de África, *Vulgata*, Lisboa.

Krein, José Dari e Marcelo Weishaupt Proni (2010),
Economia informal: aspetos conceituais e teóricos, Brasil, Escritório da OIT.

Macitela, Cidália Albertina Alexandre (2007),
O contributo do microcrédito para a promoção de desenvolvimento nas comunidades rurais no distrito de Cuamba, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

OIT (2005),
A OIT e a Economia Informal, Lisboa, Escritório da OIT.

Pina, Rita Maria Mendes de (2007),
«Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural», *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, III.

Pinto de Abreu, António (2007),
«Sector informal, microfinanças e empresariado nacional em Moçambique», *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 11-12, dezembro-junio, pp. 39-54.

Silva, Omarildo da (2010),
O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na África Subsariana, Tese de Mestrado na Área de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG.

Sousa, Florival Raimundo de (2009),
«Redes sociais e entreajuda: uma análise sobre a economia informal luandense», *Revista Augustus*, vol.14, n.º 27, pp. 11-20.

Notas

¹ Organização Internacional do Trabalho

² Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Seminário I: Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas, lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 04.10.2010.

³ Rotating Savings and Credit Association

⁴ Associação para a Cooperação Entre os Povos